



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOÃO ANANIAS

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 20 de maio de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

21800

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 1 DE 48

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Estão abertos os trabalhos da 10ª Audiência Pública semipresencial de 2026.

Queria saber se o nobre Vereador Alessandro Guedes está presente. Está presente a nobre Vereadora Ana Carolina, os Vereadores André Santos, Gilberto Nascimento, Keit Lima, Major Palumbo, Marcelo Messias, Silvinho Leite e este Vereador que vos fala.

Há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 10ª Audiência Pública semipresencial desta Comissão do ano 2026, convocada para hoje, dia 20 de maio.

Esta audiência tem como objetivo debater o PL 299/2026. Autor, Executivo, Ricardo Nunes, e que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027, LDO de 2027. Primeira audiência pública temática: remanejamentos e cortes orçamentários, regionalização dos gastos.

Informo, ainda, que esta reunião está sendo realizada de forma semipresencial, no Auditório Prestes Maia, através do aplicativo Microsoft Teams e transmitida ao vivo através do *site* da Câmara, em Auditórios Online, e também pelos canais do YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 06 de maio de 2026 e foi publicado nos jornais *O Estado de S. Paulo* no dia 08 de maio de 2026 e na *Folha de S. Paulo* no dia 11 de maio de 2026. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo no dia 06 de maio de 2026, no *site* www.saopaulosp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Também informo que as inscrições serão encerradas assim que as autoridades aqui encerrarem as suas falas. Foram convidados para esta audiência os Srs.: Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, representado, neste ato, pela SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência; Clodoaldo Pelizzoni, Secretário Municipal de Planejamento e Eficiência; Domingos Dissei, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Fabrício Augusto dos Santos Reis, Coordenador de Acompanhamento

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 2 DE 48

Estratégico da Seplan, que não enviou representantes e também não há ninguém de forma *on-line*; Sra. Arianne Maris Gomes Lacerda, Subsecretária da Coordenadoria do Processo Orçamentário Municipal da SEPLAN; Vereadores da Casa e a sociedade civil, em geral. Também estão presentes, de forma *on-line*, os intérpretes de libras Sra. Laís Batista e Sr. Thiago Batista da Silva.

Cada orador terá três minutos para falar. Vou abrir as falas para o Sr. Fabrício e para a Sra. Arianne.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS– Bom dia a todas e a todos, Sr. Presidente, demais Srs. Vereadores presentes e, também no formato *on-line*, munícipes.

Nós hoje estamos realizando a 1ª audiência temática da LDO. É um formato novo. Na verdade, as audiências costumavam somente ter a audiência de abertura e de fechamento, e desta vez a Câmara convocou para falarmos um pouquinho a respeito dos remanejamentos e também regionalização dos gastos públicos.

Para qualificar aqui o nosso debate, trouxemos uma breve apresentação e eu peço para gente compartilhar a tela, que a nossa Subsecretária Arianne vai conversar sobre esse assunto. Depois nós ficaremos à disposição e para ouvir as contribuições.

A SRA. ARIANNE MARIS GOMES LACERDA – Bom dia a todas e a todos. Cumprimento os Srs. Vereadores da Mesa. Vou fazer uma breve apresentação, pois o objetivo é ouvirmos as contribuições de todos que estão aqui.

Bom, vamos lá. O tema hoje é sobre remanejamento e regionalização.

- Oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. ARIANNE MARIS GOMES LACERDA - Nós já preparamos uma apresentação sobre esses temas. Na semana passada, o Secretário Clodoaldo esteve aqui e apresentou os grandes números da LDO, seus anexos de riscos, metas e prioridades. Portanto, o objetivo não é retomar o que já foi apresentado, mas, sim, falar sobre esses novos temas.

A ideia é fazer uma fala sobre o que é o remanejamento orçamentário e explicar outro

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 3 DE 48

tema proposto para hoje, como a regionalização acontece nas peças orçamentárias, e ela não acontece só na LDO, mas também na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual, e como a Prefeitura acompanha e publica a regionalização dos gastos.

Se puder passar os *slides*, por favor. Bem, aqui temos um retrato das três peças orçamentárias. Estamos discutindo o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é debatido e votado agora no primeiro semestre. No segundo semestre, apresentaremos o projeto da Lei Orçamentária Anual. Quanto ao PPA vigente, já foi apresentado no ano passado, discutido nas audiências e deliberado aqui pela Câmara, tendo uma vigência de quatro anos.

Aqui é para mostrar para vocês em que momento do tempo estamos. Estamos discutindo o projeto de 2027, que dialoga com o PPA vigente - que vai de 2026 a 2029 – e este projeto estabelecerá as diretrizes para elaborarmos a lei orçamentária do próximo ano, lei esta que, de fato, fixa as despesas, aloca os recursos e trata da execução das políticas. A LDO traz diretrizes mais gerais sobre questões fiscais, como metas, dívida pública e aposentadoria, além de apresentar as prioridades para o ano seguinte. Essas prioridades estão lá no Anexo III e tratam dos investimentos, não de todas as ações da Prefeitura, porque é um recorte. A LOA é que, de fato, trará esse retrato mais amplo de todos os investimentos e do custeio do orçamento global.

Aqui o tema proposto é Remanejamento Orçamentário. Entrando no tema proposto, o que é o remanejamento? Começando por uma definição, ele é a adequação da programação orçamentária à execução das políticas públicas. O remanejamento não acontece na LDO, vai acontecer na LOA, durante a execução do orçamento de 2027. O que a LDO traz sobre o tema é uma autorização de como esses remanejamentos devem ser feitos. Eles são realizados sempre respeitando os limites fiscais e legais, não só da LDO, mas também da Constituição e de outras leis federais que tratam do tema, respeitando também as disponibilidades por fonte de recurso e a classificação das despesas. Nós temos um fluxo legalizado sobre o processo e instâncias competentes para cada uma das etapas do remanejamento.

Aqui é mostrar para vocês por que os remanejamentos acontecem. Eles são

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 56

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 4 DE 48

previstos na legislação, porque são necessários durante a execução do exercício, por vários motivos. Por exemplo, o cronograma de uma obra ou de uma reforma pode mudar, e nós precisamos adequar o cronograma financeiro ao cronograma físico. Também pode acontecer de a despesa se mostrar maior ou menor do que o previsto. Eu posso ter estimado, na lei orçamentária, um gasto para vigilância. Por exemplo: fiz a lei, mandei para o Legislativo em setembro, mas quando foi em outubro, fiz uma nova licitação e o valor mudou. Vou precisar fazer esse ajuste no ano seguinte.

Bem, um dos principais motivos é a disponibilidade financeira. Podemos ter uma arrecadação no ano seguinte maior ou menor do que o esperado, e essa disponibilidade é verificada pelas fontes de recurso. Na lei orçamentária existem diversas fontes: a principal são os recursos do próprio Tesouro Municipal, mas há outras, e precisamos fazer essas adequações para garantir que o desembolso aconteça de acordo com a arrecadação. Sempre lembrando que, por mais que os remanejamentos aconteçam, é fundamental - e nós sempre garantimos - a continuidade dos serviços. Garantimos também o pagamento das despesas obrigatórias, a prioridade do Programa de Metas, o Orçamento Cidadão e os projetos que já estão em andamento.

Agora, falando sobre outro tema, a regionalização: como ela é feita nas peças orçamentárias? Regionalizar é aproximar o orçamento do território. É no território que o orçamento acontece, onde a política se materializa. Nós temos a estratégia de regionalização das despesas em três níveis: por Subprefeitura, indicando, em cada uma das 32 Subprefeituras, qual é o recurso planejado para o ano seguinte e o que, de fato, tem sido executado por região. Também há algumas despesas que têm caráter não regionalizado.

Por exemplo, na nossa Secretaria, que é uma Secretaria de Planejamento, a folha de pagamento do pessoal atende à política pública da cidade como um todo. Esse é um exemplo clássico de uma despesa que não é regionalizável. E, então, como acontece a regionalização nas três peças? O PPA traz os programas, objetivos e metas, apresentando um direcionamento em relação à regionalização desses objetivos e do orçamento. A LDO, como eu disse lá atrás,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 5 DE 48

traz a diretriz de como a lei orçamentária vai ser elaborada. Portanto, ela estabelece a obrigatoriedade de a lei orçamentária ser regionalizada e conter um demonstrativo que indique como esse orçamento está sendo distribuído na cidade de São Paulo. Por fim, é na LOA que, de fato, acontece a regionalização, porque é na lei orçamentária que as despesas são fixadas. É nela que conseguimos ver quanto está sendo planejado e direcionado para cada território da cidade.

O Processo de Regionalização na LOA, que é onde a regionalização se materializa de fato, acontece em dois momentos importantes. Em ambos, ele se dá por meio de um campo específico do sistema: um código chamado “detalhamento da ação”. Então, acontece no momento do planejamento, e nós já começamos, na Prefeitura, os preparativos para a lei orçamentária de 2027, que será enviada em setembro aqui para a Câmara analisar. Durante esse processo de elaboração, as Secretarias, ao pensarem em suas políticas e demandas, já passam a estruturá-las de forma regionalizada por subprefeitura. Assim, enviamos a peça em setembro para a Câmara com essa indicação da regionalização. E durante a execução, quando começar o ano de 2027, as Secretarias vão liquidando as despesas, ou seja, gastando o recurso do orçamento, e depois que o gasto acontece, elas indicam em qual território ele foi executado. Portanto, temos a informação da regionalização nesses dois momentos, e esses dados estão disponíveis no nosso *síte*, onde eles são comunicados.

No planejamento, o objetivo é sempre aplicar mais recursos nos territórios mais vulneráveis, avançando no combate à desigualdade. Na execução, nós conseguimos ver, de fato, como isso está sendo materializado. A regionalização do orçamento já acontece há alguns anos na Prefeitura de São Paulo, e temos notado um avanço recente na qualificação da informação. Cada Secretaria é responsável por informar o gasto do seu próprio orçamento. Por exemplo, após executar o pagamento das creches, a Secretaria da Educação entra no sistema orçamentário e indica quanto foi destinado para cada Subprefeitura.

O que nós notamos neste gráfico é o seguinte: as barras laranjas representam a informação de quanto do orçamento regionalizado por Subprefeitura tem sido preenchido no

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 6 DE 48

sistema orçamentário, e esse número tem aumentado nos últimos anos. No ano passado, conseguimos que 47% das despesas passíveis de regionalização contassem com essa informação detalhada por Subprefeitura. Em anos anteriores, tínhamos um percentual muito alto relacionado apenas à região, nós conseguimos reduzir isso porque o conceito de região é muito macro. Em termos de transparência, é importante saber quanto gastei na Capela do Socorro ou no M'Boi Mirim. A informação genérica da zona Sul não agrega tanto quando o assunto é o combate à desigualdade. Então, estamos avançando. Temos, inclusive, uma parceria com a Fundação Tide Setubal que incentiva as Secretarias a preencherem esse dado no SOF, e o objetivo é avançarmos cada vez mais.

E falando ainda em regionalização, temos outro instrumento, o Índice de Distribuição Regional do Gasto Público. Ele foi criado no PPA de 2021, permaneceu no PPA de 2026 e foi, inclusive, ampliado neste PPA elaborado no ano passado. Trata-se de um mecanismo que reúne indicadores de vulnerabilidade, demografia e infraestrutura urbana para cada uma das 32 Subprefeituras. Com isso, as Subprefeituras são ranqueadas da mais vulnerável à menos vulnerável, e a partir dessa cesta de indicadores, a Prefeitura consegue priorizar a alocação do orçamento nos territórios que mais precisam. Esse índice é aplicado durante o PPA, e a previsão é de que 10 bilhões de reais do orçamento, neste ciclo de 2026 a 2029, sejam aplicados por meio dele.

Para finalizar, falando sobre transparência e visão regional do orçamento, tudo o que mostrei e abordei aqui, todos os dados orçamentários estão disponibilizados no site da SEPLAN. Nós temos uma base de execução orçamentária, inclusive regionalizada, que é atualizada diariamente. Então, vocês podem entrar lá e ver quanto está sendo gasto no território de vocês ou em qualquer região de interesse, além de fazer as comparações. Aqui na apresentação, logo ali embaixo, tem o *site* do planejamento da Prefeitura: www.prefeitura.sp.gov.br/planejamento. Nós temos construído painéis para facilitar a visualização. Sabemos que a elaboração é feita em bases de dados que, em termos de transparência, constituem o melhor formato, porque permitem manipular os dados e fazer as análises necessárias. Porém, nem sempre essa é uma linguagem

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 7 DE 48

cidadã. Por isso, estamos construindo alguns painéis e, em breve, vamos publicar o Painel do Orçamento e o Painel de Regionalização.

Se você puder clicar no *link* 3, por favor... Não está indo? (Pausa) Nós tínhamos colocado o *link*, era para mostrar para vocês. Mas, em breve o painel será publicado e vocês conseguirão ver o mapa da cidade com as 32 Subprefeituras, quanto tem sido gasto em cada um dos 32 territórios e, também, quem está gastando, se é a Secretaria da Saúde, a da Educação, além do tipo de despesa. Há todo um detalhamento, uma pena que não abriu. Mas depois, quando estiver divulgado, nós compartilharemos o *link*, que vai estar sempre lá na nossa página da SEPLAN, que é o portal com todos os dados do orçamento.

Era isso o que eu queria apresentar, explanando rapidamente os dois temas propostos para que possamos ouvir as contribuições. (Pausa) Você conseguiu abrir o painel, se puder colocar na página dois, por favor. (Pausa) Obrigada.

Este aqui é o exemplo do painel, que em breve vamos publicizar. Temos o mapa da cidade com as 32 Subprefeituras e, ali na meta, é possível filtrar. O código 777 indica as despesas que são passíveis de regionalização. Assim, conseguimos ver ali embaixo o valor total. Está um pouco pequeno e não consigo enxergar direito daqui, mas o painel traz o valor total da despesa para este ano que já foi informada no SOF, no nosso sistema orçamentário, e que já foi regionalizada. Na parte de cima, ficam as principais ações orçamentárias, ou seja, com o que o recurso está sendo gasto e, embaixo, os principais orçamentos dos órgãos. Nós podemos clicar em qualquer território da cidade. Se puder clicar em alguma Subprefeitura, Denis, por favor. Ao clicar em uma Subprefeitura, essa aqui é a da Freguesia do Ó, conseguimos ver exatamente quanto foi gasto nela e as principais despesas. Se não me engano, a primeira ali em cima era de creches. Agora estamos vendo outra Subprefeitura. Ao mudar o território, muda a composição. Cada região tem uma demanda específica e um tipo de ação da Prefeitura, e nós conseguimos visualizar exatamente a alocação do orçamento por política em cada território.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Ariane, uma pergunta: para acessar esse arquivo, é só entrar no *site*? Ele já está disponível?

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 8 DE 48

A SRA. ARIANE MARIS GOMES LACERDA – Este, nós vamos publicar nas próximas semanas.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Nas próximas semanas? Quando exatamente estará disponível?

A SRA. ARIANE MARIS GOMES LACERDA - Daqui a duas semanas, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Há data prevista?

A SRA. ARIANE MARIS GOMES LACERDA - A previsão é até o final de duas semanas, hoje é dia 20 de maio, então deve estar disponível até o dia 10 de junho.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - E o arquivo para os Vereadores?

A SRA. ARIANE MARIS GOMES LACERDA - Esse *link* já está disponível. Então, os Vereadores que quiserem já podem consultar e enviar contribuições, caso tenham. Ele foi construído primeiro... Na verdade, a base de dados já é pública, então tudo o que está aí já consta no nosso *site*. O que é novo é essa forma de visualização que vamos publicar. O que faremos agora é deixar disponíveis algumas explicações para facilitar o uso. É isso o que está faltando. Os dados estão corretos, mas, para garantirmos uma melhor usabilidade pela população, faltam essas explicações mais gerais. Contudo, o *link* já está na apresentação que enviamos para a Comissão. Eles já têm.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Ariane. Queria dizer também que a Vereadora Janaina Paschoal está presente aqui conosco. Chegaram também o Vereador Silvinho Leite e a Vereadora Keit Lima.

Bom, gente, então vamos iniciar. Temos mais alguém na lista de inscrições? (Pausa)
Estamos encerrando as nossas inscrições. A partir de agora, começamos a ouvir as pessoas. Vamos iniciar com a primeira inscrita, a Luzia Monteiro, do Instituto Macambira.

A SRA. LUZIA MONTEIRO ARAÚJO SOARES - Olha, tem gente que acha que o Macambira é ruim. Tem gente que acha que é bom. Eu acho que é bom, porque a gente vai à luta, não é?

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 9 DE 48

Então bom dia. Queria agradecer o espaço de fala. Eu vou ler, mas gostaria de colocar para os presentes da Mesa e para os cidadãos que estão nos escutando, todos que estão presentes, que o que a gente está colocando hoje está baseado na análise da Portaria MOG 42/1999, que vai tratando da subfunção da 163/01, que trata da natureza da despesa.

Esse índice... Parabéns, viu, Ariane? Acho que agora a gente começa a chegar numa primeira linguagem, que foi por aí que a gente começou a trabalhar com os idosos, com esse BI. E, aí, quer dizer, nós temos muita coisa para aprimorar e uma delas é esse indicador que, dentro dele, tem demografia, e que a gente vai ter que pensar os idosos e exatamente esse peso, tá? Isso é uma questão para a gente avançar. Eu só queria colocar isso para vocês.

Então acho que a gente começa a se aproximar dos instrumentos que nós estamos usando para essa conversa. Então eu queria só iniciar, então, a partir de agora, só a leitura da LDO 299 e os pontos que nós queremos colocar para a Mesa e para a relatoria da Mesa.

Então é o seguinte: nós estamos trabalhando aqui com o artigo 3º, da 299, que fala da sustentabilidade, da participação popular e da justiça social, então esse artigo coloca isso. E, aí, o que a gente vê? Estamos chamando a atenção dos legisladores, ou seja, nós não podemos aprovar leis apenas pelas aparências. Precisamos ler as entrelinhas, e são essas entrelinhas que nos preocupam. E a partir de agora eu começo a trabalhar com essas entrelinhas para a gente poder pensar um pouco mais de maneira propositiva, e porque é o momento do legislador. E aqui é que nós nos encontramos.

Então a primeira armadilha que nós identificamos é a transversalidade, no caso dos idosos. E a gente vem conversando sobre isso com a SEPLAN. A Agenda 5, que está no PPA, não nos garante os recursos, nem que possamos controlar esses recursos. Então essa transversalidade precisa ser tratada, porque ela dilui os idosos em um conceito genérico, e, aí, ela vai trabalhando sem uma verba carimbada e exclusiva. A proteção integral do idoso torna-se invisível e isso se torna uma inclusão formal que gera uma exclusão real. Então nós temos que olhar para isso. E isso está garantido... Nós precisamos garantir...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 10 DE 48

A SRA. LUZIA MONTEIRO ARAÚJO SOARES - Eu preciso um pouquinho mais de tempo, se puder.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUZIA MONTEIRO ARAÚJO SOARES - Então é o seguinte: a Lei Orgânica, nós estamos olhando para a Lei Orgânica do Município, o artigo 225. Nós temos uma cláusula pétrea que garante os direitos dos idosos. Eu queria chamar a atenção dos legisladores para o que está garantido aqui. Então a partir daqui que nós entendemos que nós temos que caminhar.

A segunda contradição que nós encontramos é a subversão do planejamento, como nós estamos chamando. O que nós estamos vendo? Que a 299 privilegia o Programa de Metas em detrimento do PPA. E o PPA é a lei votada pela Casa. O Programa de Metas não é votado, ele é a intenção do Governo registrada, mas ele precisa estar em consonância com o PPA. E esse Programa de Metas considerou muitíssimo pouco os idosos. Então o que acontece com o PL 299? O 299 blinda os recursos no Programa de Metas. Então nós estamos chamando a atenção para o fato de que os idosos estão fora do núcleo duro dessa discussão. Se ele está blindando, como é que nós ficamos nessa situação?

E, aí, eu caminho para a terceira questão, que eu chamo a mais severa, que é o contingenciamento que está no artigo 38. Então ele determina que, se a receita cair, o que está garantido é o Programa de Metas. Então, veja, o que vocês vão votar, no meu entendimento, está garantindo o que está no Programa de Metas, mas não está olhando para o PPA, que foi um grande esforço do ano passado.

Então nós precisamos rever isso. Para isso, nós estamos colocando, como estamos conversando, que o artigo 38... A gente sabe que não pode... Nós não devemos alterar a LDO, mas nós estamos propondo que no artigo 38 tenha uma emenda aditiva para que a gente possa garantir que a pessoa idosa fique imune aos cortes. Assim como o Programa de Metas está blindado, nós estamos pedindo que os idosos estejam blindados. E que seja criado definitivamente, porque está se discutindo em outro campo, o GT Longevidade e tal, que nós avancemos para o indicador de impacto etário. Quando a gente vê isso aqui hoje, do *BI*, a gente

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 11 DE 48

pode caminhar nessa direção.

Então encerro a minha fala aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado.

A próxima é a Sra. Maria Ednéia, do Colegiado Leste da Pessoa Idosa. E a próxima já fica pronta, que será Antonia Freitas, do Fórum da Pessoa Idosa Mooca.

A SRA. MARIA EDNÉIA PINTO - Bom dia a todos. Eu sou do Colegiado Leste da Pessoa Idosa. Eu vou dar continuidade ao que a Luzia falou. Eu vou falar também da Portaria 42/1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, que atua como pilar de proteção ao orçamento da pessoa idosa ao estabelecer diretrizes rígidas de transparência e clareza contábil para todos os orçamentos públicos do Brasil. Ela impede que sejam escondidos em dotações genéricas, exigindo a estruturação detalhada, que permite a fiscalização da sociedade civil.

Com base nos documentos e no histórico da nossa análise, aqui estão formas específicas como essa norma protege o orçamento. Uma das proteções é a exigência de classificação funcional programática. A Portaria determina que as leis orçamentárias e balanços, todas as ações devem ser obrigatoriamente identificadas por funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais. Isso obriga o Governo a criar caixas específicas para o dinheiro.

No caso do idoso, essa norma é a base legal para exigir que a Prefeitura não apenas cite a intenção de cuidar da terceira idade no texto, mas crie rubricas reais nas planilhas financeiras, ou seja, as ações e atividades.

O segundo é o combate aos orçamentos ocultos e às taxas cegas. A legislação orçamentária, sob a ótica da Portaria 42/99, veda o uso de manobras contábeis que retirem a transparência do gasto. A contradição na LDO de 2027 é: a nossa análise técnica aponta que a Prefeitura fere a Portaria ao utilizar taxas cegas matemáticas, como aplicar alíquota de 5% sobre grandes obras de favelas, ou taxas de 17% sobre a manutenção de parques, em vez de criar dotações especificadas.

O valor dessa Portaria é que ela protege o idoso ao dar embasamento jurídico para

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 12 DE 48

denunciar que o rateio genérico de custos administrativos não substitui o financiamento de políticas públicas diretas e exclusivas.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

A SRA. MARIA EDNÉIA PINTO - Só falando da transparência. Para o que o idoso seja protegido, a política deve ser transversal, como a Luzia disse, aparecer em diversas funções da saúde, educação, habitação etc. Como a LDO de 2027 omitiu metas físicas estruturantes para os idosos, no Anexo III da Portaria, torna-se a ferramenta de defesa essencial.

Ela exige que, na falta de metas, os recursos sejam detalhados nas ações orçamentárias, pois é nelas que o dinheiro público existe. E, de fato, para realizar serviços...

Só dando continuidade.

Ao obrigar que cada gasto seja vinculado a um programa e produto específico, a Portaria facilita o trabalho dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Município. Ela garante que a sociedade possa monitorar se as rubricas existiam na LOA de 2026, foram mantidas ou indevidamente zeradas em 2027, protegendo o princípio da continuidade do serviço público.

Em resumo, essa Portaria protege os idosos ao transformar o orçamento em um documento auditado. Essa é a base técnica que os conselheiros e conselhos utilizam para exigir dotações exclusivas, garantindo que o direito dos cidadãos sêniores não seja apenas letra morta ou uma porcentagem invisível no meio das obras bilionárias dos asfaltos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Bom, gente, depois da dona Antonia, eu vou abrir para duas pessoas que estão *on-line* falarem. E eu queria que a gente conseguisse falar em três minutos, senão vai acabar igual à última audiência pública nossa, em que a gente acabou não tendo como ouvir as pessoas, e a gente atrapalha também as outras pessoas que desejam falar.

A SRA. ANTONIA FREITAS - Eu sou Antonia Freitas, sou do Fórum da Pessoa Idosa da Mooca.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 13 DE 48

Eu vi que a especialista falou de regionalização. Eu verifico aqui a participação social regionalizada, mas também da cidade de São Paulo. Estamos falando da Portaria 42/1999, que precisamos de clareza e vedar essas taxas cegas.

Falamos da hierarquia do estado, da violação do artigo 4º da PL 299/2026, denunciando que a LDO de 2027 não pode desconsiderar o que foi pactuado em 2026.

Falando do principal documento, que é o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2023, que garante a destinação privilegiada de recurso, solicitando ao orçamento a universalização de políticas públicas para pessoas idosas. Por quê? A gente sabe que nos mapas de programa a visibilidade da pessoa idosa é zero.

Nós temos, aí, serviços de saúde e assistência da URSI, em que os valores são irrisórios. Na habitação também valores irrisórios que não cumprem a meta do que precisa de habitação para os idosos. Infraestrutura, que é a questão de obras, de ausência de calçadas acessíveis e outras necessidades da pessoa idosa. Esporte e educação sofrem um apagão, nós não temos nada para o idoso. O idoso não tem direito a estudar. Idoso não tem direito a fazer mais nada. Dentro do orçamento, não há destinação.

Os programas foram excluídos. Nós denunciemos a retirada total de programas, de políticas públicas para mulheres idosas e saúde animal. Enquanto há as metas numeradas para piscinão, que é a Meta 13, ônibus elétrico, Meta 6, não há uma única meta numérica para os equipamentos da pessoa idosa, ILPIs e tudo o que precisa ser assistido. As únicas metas para idosos são o PAI e a Longevidade, mas também não têm sustentação para se cumprirem as ações.

A origem...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

A SRA. ANTONIA FREITAS - O texto destaca cinco milhões em dívida ativa e os seis milhões de operações de crédito, então o município tem orçamento.

O destino. Existe uma criação de dotações carimbadas, então nós precisamos que o material esteja absolutamente completo para ser concluído, para que a gente saiba onde está o

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 14 DE 48

dinheiro, em que secretaria vai, em que programa vai ser usado e como vai ser usado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado.

On-line. Nós vamos abrir para dois *on-line* agora, a Rosangela de Souza e o Giovani Bueno. Fala por três minutos, por favor.

Rosangela de Souza presente? Não presente. Giovani Bueno? Também não presente.

Vamos continuar na nossa lista presencial, depois a gente passa para os dois *on-line*. Os próximos aqui são a Marli Chagas, da CMI, e a Edna Sales, da Associação Fábio Cândido.

A SRA. MARLI CHAGAS - Bom dia a todas e a todos. Ela vai ficar junto comigo devido ao problema visual que ela tem.

Bom, a nossa deixa é com relação ao anexo do LDO de 2027. A nossa fala é exclusivamente em relação aos benefícios do Anexo II da LDO de 2027. É um documento, é uma análise que nós fizemos com relação à estrutura e modalidade urbana, que se destacam em metas.

Essas metas 36 a 44 focam na construção de túneis da Cecília Lottenberg e Sena Madureira. Santo Amaro, Roberto Marinho, Marquês de São Vicente, que são a meta 50, que prevê a pavimentação de 400 mil metros de vias.

Com relação também às metas na habitação, a meta 8 visa 40 mil habitações e a meta 9 foca 100 mil túneis, que passa as metas 10 e 11, que tratam da urbanização e reabilitação para milhares de famílias.

Com relação à meta 64, foca em unidades de Paulistão da Saúde, que se refere à meta 65, formação de hospitais gerais, nas quais a meta 84 foca na criação de escolas de formação para profissionais da educação.

Ao contrário do setor citado, a pessoa idosa não possui nenhuma meta física estruturada, como a construção de novos equipamentos do Anexo III.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 67

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 15 DE 48

Inexistência de metas e de equipamento. Não há metas numeradas para a construção de novas Unidades de Referência da Saúde do Idoso, a URSI, e Instituição de Longa Permanência, ILPI.

Nas metas residuais, as unidades fazem menção à meta 69, 30 novos equipamentos do PAI, e meta 105, atendimento a 50 mil empreendedores 60+ que, embora importantes, são operacionais e não contemplam a extensão da rede física de proteção.

A LDO de 2027 representa uma desconexão grave entre o seu texto literário e suas planilhas financeiras. Ao excluir metas físicas estruturais para a pessoa idosa, no Anexo III, e desidratar as ações orçamentárias nos 27 programas transversais, o projeto infringe a legislação contábil e social, contribuindo para um cenário de inexigibilidade de programas para a geração que é crescente no estado de São Paulo.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Vamos lá. Eu vou abrir uma chamada *on-line* aqui. A Sra. Regina Divina Machado está presente? Três minutos.

A SRA. REGINA DIVINA MACHADO – Estou presente sim.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Vamos abrir então para ela já falar *on-line*, por favor. Três minutos, tá, Dona Regina?

A SRA. REGINA DIVINA MACHADO – Tá. O que eu queria falar seria sobre os remanejamentos de verba. Se nós tivéssemos as ações direcionadas e não flutuantes, não teria esse remanejamento de verba como teve na Secretaria de Esportes.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Dona Regina, a senhora poderia abrir a câmera, por favor? Para visualizarmos a senhora.

A SRA. REGINA DIVINA MACHADO – Estou abrindo. Pronto, está aqui. É que eu estou na Escola do Parlamento, então eu saio da sala para falar com vocês.

Se o planejamento fizesse as ações bem direcionadas para o que seria feito com o dinheiro, nós não teríamos essas verbas flutuantes que numa emergência podem ser remanejadas, e elas vão voltar? Aí fica a dúvida. Foi remanejado um dinheiro que era destinado

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 16 DE 48

dentro da Secretaria de Esportes para o idoso e que simplesmente foi usado em outro local. Esse dinheiro vai voltar? O que a gente tem que evitar é que aconteça isso ano que vem também.

Então, seriam as ações serem direcionadas, e não simplesmente uma ação sem um destino certo que, no meio do caminho, pode acontecer qualquer coisa.

Seria essa a minha colocação: que vocês observassem que as ações tivessem diretrizes, que tudo tivesse diretriz e nada ficasse suspenso no ar. Para isso, a gente já tem uma porcentagem que seja considerada de remanejamento e não verbas que seriam predestinadas a serem remanejadas ao bem entender. Seria só isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Regina.

Eu queria chamar a Sra. Ada Enéias Silva, também *on-line*, se estiver presente.

A SRA. ADA ENÉIAS SILVA – Sim. Bom dia a todos.

Na verdade, eu sou estudante de Direito e, neste momento, minha participação é somente para fins acadêmicos.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Ah, está bom, então. Obrigado, Ada.

A SRA. ADA ENÉIAS SILVA – Obrigada a vocês.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – O próximo orador é o Sr. Seiti Takahama, do Grito dos Excluídos e, depois, a Sra. Meire Rastelli, do Grito dos Excluídos Continental.

O SR. SEITI TAKAHAMA – Bom dia. Bom dia a todos, bom dia à Mesa.

Dando prosseguimento aqui, a gente vai falar um pouco sobre o Projeto 299, da LDO.

Nós cruzamos com as exposições de motivos e com a realidade numérica dos Anexos II, III e V, evidenciando os descumprimentos dos marcos legais fundamentais para a proteção da pessoa idosa em São Paulo.

Nós chamamos muito a atenção à questão da pessoa idosa e seria interessante que a Mesa pudesse observar essa questão, que é concreta: nós não temos orçamento claro específico e rubrica carimbada.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 17 DE 48

Então, aqui eu quero entrar numa questão de contraste: o contraste da narrativa *versus* a realidade aferida na agenda social. Tem um contraste muito grande. Ele põe a exposição dos motivos e o que eles prometem no Anexo do LDO de 2027? Eles prometem o cuidado integrado de investimento em URSIs e cuidado de longa duração. Mas a ação 2518 de manutenção da URSI está totalmente zerada até 2029. Até 2029, nós não teremos nenhum investimento na questão das próprias URSIs em si. Então, eles prometem a expansão da ILPI, da Instituição de Longa Permanência, mas na ação 9003, que é a ampliação da ILPI, ela está zerada. E a construção recebeu irrisórios 30 mil reais no orçamento em si.

Eles prometem a garantia e autonomia de combater o idadismo por meio de alfabetização, mas o EJA e a rubrica da alfabetização tardia, no programa 4027, sofrem um apagão do impacto da matriz do idoso.

Então, a gente está fazendo esse contraste para vocês se sensibilizarem, como é que está a situação realmente do orçamento da pessoa idosa.

E, ali, na participação social e no fortalecimento dos conselhos, o que está escrito, o que eles dizem? A principal ação de suporte do conselho, ele recebeu um simbólico orçamento de 3.731 para o ano todo, que é a única rubrica carimbada para a pessoa idosa, que é o conselho.

Então, quanto às infrações ao ordenamento jurídico e às leis orçamentárias, a metodologia aplicada pela SEPLAN no PL 299, ele fere realmente a Portaria do MOG, como foi explicado, o Estatuto da Pessoa Idosa, havendo a desconsideração do PPA 26/29.

O PPA pactuou a manutenção e a expansão da rede gerontológica da LDO 2027 ao ser omissa em meta física no Anexo III e zerar as ações que constam da LOA de 2026. Então, o princípio da transparência também foi ferido.

A gente está colocando que essa taxa cega do etarismo contábil na LDO é uma vítima muito grande para a pessoa idosa.

Cumprindo meu tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

A próxima é a Sra. Meire.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 18 DE 48

A SRA. MEIRE RASTELLI – Bom dia a todos e a todas.

O Seiti falou, na parte final dele, uma coisa que evoca a importância da Lei Orgânica do Município. Nós temos uma Lei Orgânica em São Paulo que é diferenciada e ela define diretrizes, define um desenho de cidade que tem que ser respeitado em todos os instrumentos de planejamento. E o PPA, como já foi dito, é uma política pública, está válido de 2026 a 2029, é importante e deve nortear também a LDO e a LOA. No entanto, não é isso que se vê, não é? Existem programas voltados para pessoa idosa no PPA 26/29 e a LDO não observa isso.

É duro, mas a gente tem que ficar repetindo que a população brasileira está envelhecendo rapidamente. A população de São Paulo está envelhecendo rapidamente. Não estou aqui, nenhum de nós está aqui falando por si só, mas falando também para essas pessoas que estão na casa dos 30, dos 20, que, se tudo der certo, também vão chegar aos 60, 70, 80.

Então, é importante destacar que a LDO, ao suprimir a visibilidade de 27 programas voltados para a população idosa, programas esses que constam do PPA e da LOA 26, deixa de ser um elo para se tornar um instrumento de interrupção de políticas públicas.

Do pouco de que se conquistou, esse PL da LDO destrói, gente. E a gente não pode deixar isso acontecer. Repetindo, a população está envelhecendo, é um fato. Depois não vai adiantar querer correr, como se faz hoje com as ODSs, com a Agenda 2030, que daqui a três, quatro anos vão correr. É mais marketing do que realmente ação efetiva.

Então, vamos enfrentar a realidade, vamos contemplar políticas efetivas para a população idosa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

Bom, a gente vai suspender a nossa audiência pública aqui agora. Nós vamos fazer a votação da reunião da nossa Comissão.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Pela ordem.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 19 DE 48

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Gostaria de pedir a retirada do item 2 da pauta.

Ah, não abriu ainda. Desculpa. Estou acelerado para a gente ouvir as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – A gente vai suspender aqui a nossa audiência pública. Vamos fazer a votação dos nossos itens de pauta da nossa Comissão e, em seguida, a gente volta para a audiência pública, está bom?

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Deixa eu já abrir e você já fala.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Ah, não abriu?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Não abriu não. Está mais ansioso que eu.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. João Ananias.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Vou citar aqui mais três nomes para a gente já ir se preparando aqui. Senão, não dá tempo de a gente concluir a nossa audiência, está bom?

A próxima é a Dona Olga Quiroga, do Grupo de Moradia para Idosos. Em seguida, os Srs. Valdo Pereira, da CMI, e Rodrigo Brizola, da Comissão dos APPGGs.

A SRA. OLGA LUISA LEON QUIROGA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, senhores da Mesa.

Aproveitando esta reunião, eu venho até aqui para solicitar de vocês a inclusão, no plano de aplicação para o Poder Público, da Instituição de Longa Permanência para Idoso. A gente está precisando de Instituição de Longa Permanência, porque não tem Instituição de Longa Permanência pública. Têm muitas pessoas esperando, tem uma fila muito grande esperando pela instituição.

Também uma Instituição de Longa Permanência, do Grupo 3, para pessoas que têm transtorno mental e demência. Tem muita gente nessa situação.

Então, a gente vem aqui solicitar, para esta Comissão, que inclua.

Por exemplo, a ação 943 recebeu apenas 30 mil reais em 2026 e a conta que foi zerada para este ano de 2027/2029.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 20 DE 48

Então, como o Conselho Municipal do Idoso pode trabalhar se não tem a verba necessária para poder construir e fazer aquilo que precisa para a população idosa?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – O Sr. Valdo Pereira.

O SR. VALDO PEREIRA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa.

Eu sou Valdo Pereira. Sou conselheiro do CMI e Coordenador do Fórum Regional da Pessoa Idosa da Penha.

O foco das metas operacionais não estruturais: as únicas metas numéricas no Anexo III para esta população são operacionais, e não estruturas físicas. A Meta 296 constitui novas equipes do Programa de Acompanhamento de Idosos, o PAI. A Meta 404: número de atendimento pelo programa de longevidade ativa. Ação referente à manutenção das URSIs e ao fortalecimento: totalmente zerada. Voltada à ampliação de ILPIs, recurso da meta consta como zerado em 2027. Rubrica para a construção de novos equipamentos de ILPI: Ação 9.143 recebeu valor irrisório de 30 mil, que inviabiliza qualquer manifestação de obra. A contratação entre PPA e LOA: em resumo, a falta de metas fiscais ocorre porque o Governo optou por contabilizar gastos com idosos em forma direta, transversal, em vez de assumir o compromisso de direitos com a expansão da rede de proteção gerontológica, no Anexo III. Então, a falta de ações para as pessoas idosas na cidade de São Paulo é visível.

Concluindo, a gente precisa realmente de uma lei. Quer dizer, a lei já existe, mas não é cumprida. Lá, no Estatuto do Idoso, estão todos os direitos do idoso. A população da cidade de São Paulo ultrapassa dois milhões e a gente não vê uma política pública que realmente acolha, de fato, toda essa população, tirando pelas filas das UBSs que a gente vê. Então, a gente precisa do programa que realmente atenda toda essa população.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

Agora, é o Sr. Rodrigo Brizola, da Comissão APPGG. Depois, serão a Sra. Julia Pontes e o Sr. Bruno Lemos, ambos da Comissão APPGG.

O SR. RODRIGO BRIZOLA – Bom dia, nobres Vereadores, Mesa e munícipes. Eu

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 21 DE 48

estou representando os Analistas de Política Pública e Gestão Governamental que estão atrás de mim, primeiramente, porque nós estamos em um *deadline*, para que esses profissionais competentes, que passaram em um concurso público muito difícil, tomem posse e possam vir a trabalhar no Município, para efetivamente gerar essas políticas públicas que tanto são requeridas aqui, principalmente essas dos idosos e das pessoas com deficiência.

Eu quero destacar, em geral, quem são esses profissionais e o que eles fazem. São profissionais extremamente qualificados, que articulam a execução da política pública no âmbito municipal. Então, quanto ao que está sendo pleiteado, é necessário que um APPGG esteja envolvido em tudo isso, desde a criação da política até a execução.

Está aqui a nossa colega Ariane, supercompetente, que apresentou o planejamento orçamentário mais cedo. Todo mundo pôde ver. O que significa isso? Significa economia para o Município. Contratar essas pessoas, chamá-las, não significa gasto. Significa o bom uso do dinheiro público para que as políticas sejam implementadas. Então, a gente está falando de diversas políticas.

Acho que o Município tem mais de 30 secretarias. Na que eu trabalho, que é de Urbanismo e Licenciamento, a gente tem programas superimportantes, como a retrofitagem de edifícios no Centro de São Paulo, visando ao adensamento populacional nessas regiões, e o reavivamento do Centro, que é superimportante. O Município dá uma subvenção econômica para que empresários possam retrofitar esses edifícios, dar um novo uso para eles e, inclusive, atingir uma política habitacional, com criação de novas HISs, que são tão polêmicas hoje em dia, mas tão necessárias.

Então, é isso, pessoal. Quero chamar a atenção, porque a gente tem muito pouco tempo para que essas pessoas possam vir a trabalhar, trazer fruto para o Município e atender a população e a estas demandas que a gente tem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Rodrigo.

A próxima é a Sra. Julia Pontes.

A SRA. JULIA PONTES – Bom dia a todos. Dando continuidade à fala do Rodrigo, gostaria de ressaltar algumas políticas públicas e alguns projetos de que outros analistas de políticas públicas e gestão governamental fizeram parte, na Prefeitura de São Paulo. Quero mostrar para vocês a importância dessa carreira para a cidade.

Primeiramente, gostaria de começar com o projeto do portal de gestão de pessoas, conhecido como CLIC. Acredito que muitos, aqui, já tenham utilizado e conheçam a plataforma. É um *site* que permite que os servidores consigam acessar, de forma rápida, simples e transparente, os seus direitos e deveres. Hoje em dia, já existem mais de 42 mil usuários dessa plataforma e um APPGG foi o elemento essencial para fazer a intermediação entre a equipe de tecnologia e as equipes de gestão, para que o *site* fosse ao ar com todas as informações relevantes para os servidores.

Continuando, no tema de segurança pública, os APPGGs foram importantes para a modelagem institucional da nova Inspetoria de Defesa da Mulher e Ações Sociais, dentro da Guarda Civil Metropolitana da cidade de São Paulo. Então, foram responsáveis pela criação dessa inspetoria e pela elaboração dos indicadores para medir os resultados que essa inspetoria tem alcançado. Era a Meta 31, do Programa de Metas, acompanhar 2.500 casos de mulheres vítimas de violência doméstica. Essa meta era para até 2024 e ela foi batida em 2022. Atualmente, nós temos mais de três mil mulheres sendo acompanhadas por essa inspetoria. Então, mostra que é um projeto de sucesso da cidade de São Paulo.

Em seguida, também houve a participação dos APPGGs na reestruturação da Secretaria de Segurança Urbana criando a Inspetoria de Ações Integradas, uma unidade da GCM importante para a participação da Guarda Civil em diversas atuações em projetos de segurança, integrados com outras secretarias. Então, integrando pautas de diversos temas, para promover a segurança da cidade de São Paulo.

Por fim, gostaria de ressaltar também o programa Sampa+Rural. É um programa que aconteceu principalmente na região Sul da cidade, com o envolvimento de 65 servidores, além dos APPGGs, integrando diversas carreiras, diversos cargos. Desde junho de 2003, foram 365

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 23 DE 48

hortas implantadas e hoje em dia já há mais de 71 mil pessoas impactadas pelo acesso a alimentos saudáveis plantados nessas hortas, além de bolsistas que recebem para trabalhar e produzir esses alimentos.

Esses projetos, entre outros, ressaltam a importância da carreira e, por isso, gostaríamos de lembrar a importância da nomeação dos últimos candidatos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sra. Julia.

O próximo é o Sr. Bruno Lemos e, logo em seguida, serão as Sras. Luana Marcondes, Diretora de Representação dos Empregados da CET, e Sendy Tavares, da entidade Estudos de Política em Pauta, da USP.

O SR. BRUNO LEMOS – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Bruno. Sou um dos representantes da Comissão APPGG. Boa tarde à Mesa e aos Vereadores. Gostaria de dar sequência à complementação do que os meus colegas disseram.

Os APPGGs trabalham em conjunto. É uma carreira de exercício descentralizado, que trabalha com outros agentes do Município, inclusive com pautas que são importantes para os mandatos dos Vereadores, porque tem uma correlação com projetos implementados pela Prefeitura. Eu dei exemplo, na semana passada, de um deles, que foi os APPGGs participando como contribuintes do gerenciamento do modelo de compra, que mudou para subvenção dos ônibus eletrificados, com uma economia de cerca de quatro bilhões para o Município. Então, soma-se a todos esses projetos que impactam, de fato, a população paulistana.

A gente quer aproveitar, também, para ressaltar o agradecimento a todos os Vereadores que nos apoiaram nesse caminho. As Vereadoras Keit Lima e Janaina Paschoal, na semana passada, fizeram uma fala. Gostaria de ressaltar, também, que a Vereadora Ana Carolina Oliveira nos ofereceu apoio via ofício e, especialmente, o Vereador Marcelo Messias, que foi o Relator da LOA no ano passado, nos ajudou a colocar os APPGGs dentro da dotação orçamentária.

Gostaria de aproveitar o restante do meu tempo, me direcionando ao Secretário Adjunto Fabrício Augusto Reis e à Coordenadora Ariane, para dizer que existe hoje uma

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 24 DE 48

demanda premente de APPGGs. O estudo teórico indica uma necessidade real de 943, mas, oficialmente, a Prefeitura ampliou, nesta gestão, o contingente de 200 para 300 cargos. Ainda assim, tem 105 cargos vagos, enquanto as secretarias demandam APPGGs, via planos de ação institucional. Então, existe uma demanda consolidada.

O impacto orçamentário é muito baixo, em termos relativos, diante de um projeto, por exemplo, citado pelos meus colegas e dos ônibus. É um material humano muito qualificado. São jovens querendo contribuir, efetivamente, para projetos que beneficiem a população da cidade de São Paulo.

Então, Secretário e Ariane, a gente gostaria de fazer um pedido. A gente confia muito na sensibilidade das Secretarias, da Secretária Marcela Arruda e do Secretário Clodoaldo, de conseguir dar a celeridade necessária agora, que o concurso está em vias de expiração, fazendo esse gesto, de sinalização de compromisso com uma gestão pública eficiente, e direcionando um recurso de forma prioritária para esse investimento em uma carreira que pretende contribuir muito com os Vereadores e com a Gestão. Pode servir à Gestão, atendendo, da melhor forma possível, a população da cidade de São Paulo.

A gente conta com o apoio de vocês. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

A próxima é a Sra. Luana Marcondes.

A SRA. LUANA MARCONDES – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente da Comissão, Relatora, demais Vereadores, representantes do Executivo e todos os presentes.

Hoje, eu quero trazer uma reflexão importante sobre a mobilidade urbana e sobre o papel do funcionamento da CET na cidade de São Paulo. Quando a mobilidade funciona, a cidade também funciona, porque sabemos que, quando o trânsito trava, a vida de todo mundo é impactada na cidade. É nesse cenário que a CET trabalha todos os dias.

A CET completa 50 anos neste ano, agora, no próximo dia 28. São 50 anos fazendo parte da rotina da cidade de São Paulo. É a CET que está na rua quando há temporal, alagamento ou problemas com sinistros e ocorrências no dia a dia. É a CET, também, que faz

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21800** DATA: **20/05/2026** FL: **25** DE 48

os megaeventos acontecerem na cidade: o Carnaval, a Fórmula 1, a Virada Cultural, a Parada LGBT. Agora, também, há a preparação dos novos megaeventos que estão para acontecer na Paulista, porque grandes eventos exigem operação, planejamento, segurança viária e resposta rápida.

Se São Paulo não para, é porque a CET a faz andar, mas o cenário do orçamento para mobilidade nos preocupa. Em 2026, a pasta de mobilidade e transportes representava um pouco mais de 8% do orçamento total da Prefeitura. Na proposta da LDO para 2027, essa participação não chega aos 5%. Isso já acende um alerta bem importante, porque a cidade cresce e a participação da mobilidade no orçamento da cidade cai mais de 43%.

Essa conta não fecha e, dentro desse cenário, um dado chama ainda mais a atenção: a CET recebeu exatamente zero real de investimento direto no orçamento das empresas municipais neste ano. É uma empresa que sustenta diariamente a mobilidade e a segurança viária da maior cidade da América Latina e que é cobrada todos os dias por mais tecnologia, mais fiscalização, mais operação e mais presença nas ruas.

Fortalecer a CET não é gasto. Fortalecer a CET é um investimento no funcionamento da cidade. Hoje, a CET possui profissionais extremamente capacitados, que carregam um conhecimento técnico fundamental para a nossa cidade. Porém, esse conhecimento, a gente não pode perder. Esses profissionais estão saindo da Companhia e enquanto existe um cadastro de reserva do concurso público de 2023 pronto, qualificado e aguardando um chamamento público. Chamar esses novos profissionais não é apenas reposição de pessoal, é garantir o futuro de São Paulo.

Deixo um questionamento ao Executivo: como a cidade pretende continuar exigindo cada vez mais da CET, se a própria mobilidade perde espaço no orçamento e a Companhia segue sem investimentos estruturais, proporcionais a sua responsabilidade?

Muito obrigada.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Sr. Presidente, pela ordem. Muito rapidamente, posso falar, porque tem a ver com o tema que ela trouxe?

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 26 DE 48

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Pode, Vereadora.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Na verdade, eu trouxe um conjunto de perguntas para fazer para aos representantes do Executivo e tem a ver com a manifestação da colega.

Analisando a LDO e os anexos que vieram, nós percebemos que, na parte que fala dos riscos das empresas públicas, houve uma mudança significativa com relação ao ano passado. E a mudança maior, salvo melhor juízo, é justamente na CET, que aparece com resultado financeiro realizado: em 2023, 53 - eu estou entendendo que são milhões - 53 milhões; 2024, 40 milhões positivos; 2025, 112 milhões negativos. Também aparece na Prodam. A Prodam é menor. Mas, aparece na SP Obras, em 2023, negativos 11 milhões; 2024, positivos 93 milhões; 2025, negativos 65 milhões. Temos uma situação parecida na SPTrans, onde tem um resultado financeiro, realizado em 2025, negativo de 65 milhões, sendo que partiu de positivo em 2023, 66 milhões e a situação também aparece na SPTuris.

Nós fizemos um questionamento à Liderança do Governo, que trouxe algumas explicações, como por exemplo, pagamento de ações trabalhistas, pagamento de dividendos. Isso me chamou atenção na SP Obras, pagamento de dividendo de 24 milhões. Quem recebeu esses dividendos?

Então, essa parte está me preocupando, porque eu senti uma mudança e a mudança maior foi na CET. Então, eu gostaria de entender melhor, por que houve essa mudança?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Vamos concluir. Há mais quatro inscritos e, daí, passamos às falas, até porque nessa fala que V.Exa. fez, sabemos o que aconteceu em 2022. Depois entramos nesse debate, que é importante falar.

Vamos passar para a conclusão dos quatro oradores inscritos, em seguida entramos nesse debate. Vou chamar os quatros para irem se posicionando: Sra. Sendy Tavares, da Estudos em Política em Pauta – EPEP USP; Tamara de Andrade, da Comissão do APPGG; Diogo Coelho, da Estudos de Política em Pauta da USP e Luis Moisés, estudante de Direito.

A SRA. SENDY TAVARES - Bom dia a todos. Meu nome é Sendy. Sou graduanda

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 27 DE 48

em Geografia pela USP.

Estou aqui com a Estudo de Políticas em Pauta da USP, através do mandato da Vereadora Keit Lima, a quem agradecemos desde já.

A nossa pergunta está relacionada ao índice de distribuição regional do gasto público. Se esse índice foi criado para reduzir as desigualdades territoriais no Município, por que que apenas 10 bilhões, cerca de 1,7% do orçamento previsto no Plano Plurianual entre 2022 e 2025 foram destinados para a distribuição a partir desse índice? Como esse percentual é justificado diante das necessidades das periferias e das favelas? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

Sra. Tamara de Andrade.

A SRA. TAMARA DE ANDRADE - Bom dia a todas. Eu falo reiterando a fala da Comissão dos Aprovados de APPGG, destacando a importância de que esses profissionais têm para a elaboração do orçamento, para o Plano de Metas.

Como muitos já discutiram e trouxeram perspectivas muito diferentes, uma Peça Orçamentária, as Diretrizes Orçamentárias precisam obedecer a critérios técnicos muito específicos e atender à finalidade do orçamento, à finalidade da gestão pública, que é servir a população. Isso não é feito sem profissionais qualificados, como já foi apresentado aqui, não só hoje, como em outras ocasiões, profissionais muito bem qualificados tecnicamente, com formações acadêmicas, com histórico de atuação, tanto no setor público, setor privado, terceiro setor, enfim, uma vocação mesmo para esse tipo de trabalho.

Os APPGGs de São Paulo estão diretamente envolvidos na construção, na elaboração, na gestão dos programas de metas da última Gestão, e com bastante sucesso. Alguns APPGGs foram inclusive premiados no Premia Sampa e minha intenção é fazer esse fechamento lembrando que são profissionais que existem conectando todas as demandas da sociedade às normas e obrigações regimentais legais de elaboração, de Gestão pública, para fazer uma gestão muito qualificada, tanto tecnicamente quanto legítimas de servidores públicos estáveis de carreira.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 28 DE 48

Os APPGGs têm qualificação técnica de traduzir as demandas, as dotações orçamentárias em programas, em metas, dados e políticas quantificáveis, avaliáveis, mensuráveis, que se traduzem na melhoria da qualidade de vida da população e da gestão, como um todo.

Faço coro aos meus colegas: um agradecimento aos membros do Legislativo e Executivo que estão atentos a essa questão, ainda no prazo, para que esse contingente de pessoas qualificadas seja nomeado e passe a integrar a gestão da cidade para fazer o que um servidor faz, servir a população da melhor forma possível, técnica e politicamente qualificada. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Tamara.

Sr. Luis Moisés.

A SRA. ALEIA DE OLIVEIRA – Esse é o Dr. Luis Moisés. Estudante de Direito da Escola Paulista de Direito. Meu nome é Aleia, vou auxiliá-lo. Só uma atenção. Ele sabe da questão do tempo, mas assim, a pessoa... olha como nós precisamos nos inteirar mais. A pessoa com deficiência visual... primeiro a gente fala “sim”, para ela localizar onde você está.

Então você começa a falar, porque senão a pessoa com deficiência, quando chega total, ela fica no lugar usando o microfone, ela fica procurando, e tudo para ela é um eco só. Obrigada.

O SR. LUIS MOISÉS - Boa tarde a todos e a todas. Eu me chamo Luis Moisés, como já falaram.

Gostaria de falar sobre a acessibilidade com relação às calçadas em São Paulo, que infelizmente estão totalmente precárias. Obras paralisadas atrapalhando totalmente a locomoção da pessoa com deficiência, e quando não são as obras, são os buracos. Buracos, objetos em lugares que não deveriam estar. Por exemplo, eu tenho diversos amigos cegos que frequentemente batem a cabeça no poste porque eles ficam em lugares que não eram para estar. E isso acaba até indo totalmente na contramão do que diz a própria Constituição, que é o direito de ir e vir. Então, muitos colegas perdem esse direito.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21800** DATA: **20/05/2026** FL: **29** DE 48

Outro ponto. Tenho colegas cadeirantes que optam, muitas vezes, em fazer a locomoção na rua do que, de fato, nas calçadas, justamente por esses riscos que acabam havendo.

Outro ponto. Fios soltos pelo Centro de São Paulo, onde boa parte estão expostos. Tenho colegas que acabam sempre se enroscando nesses fios e é extremamente perigoso, porque nunca se sabe se eles estão funcionando ou não. É bem complicado.

Então é muito importante que uma parte deste orçamento seja destinado à acessibilidade nas calçadas, porque não só ajudarão as pessoas com deficiência, como todos. Os idosos também sofrem bastante com relação a essa parte de locomoção, nessa dificuldade. Então, parte deste orçamento na acessibilidade, não só ajudará às pessoas com deficiência, como a todos. E é basicamente isso.

Minha colega vai falar ...

A SRA. ALEIA DE OLIVEIRA – Ele fez um rascunho comigo. Eu tenho ido atrás das escolas para crianças neurodivergentes, visitado, inclusive, em outros municípios. A última que eu visitei foi a Escola Estadual – não é municipal, no Município onde eu nasci, Mogi das Cruzes -, Escola Estadual Professor Aprígio de Oliveira, e as escolas municipais também seguem a mesma linha. E isso para nós, como Município, é uma vergonha, não termos acessibilidade dentro das escolas.

Eu vou ler a introdução de um rascunho de um PL que ele e fez, só para vocês terem uma ideia...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Quanto tempo demoraria?

A SRA. ALEIA DE OLIVEIRA – Não, eu já calculei. Ele é extenso. Não vou ler todo. Só a introdução e o final, para poder ter uma ideia de que este momento é importante.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Nós temos um tempo...

A SRA. ALEIA DE OLIVEIRA - Estamos discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias no maior Município do Brasil. Nós estamos na época do computador quântico, as autoridades e nós mesmos, munícipes, não conseguimos entender o que é acessibilidade na estrutura, no

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 30 DE 48

ponto principal. Desde a escola, saúde, meio ambiente, o que isso interfere.

Vou ler rapidamente. Eu peço desculpa, eu tenho uma dificuldade, também.

“A construção...” E vocês adaptem a isso para uma escola com as quatro deficiências: visual, intelectual, física e auditiva. Isso afeta, também, as pessoas idosas e todos aqui vamos envelhecer, *ok*? Ele é um cego de nascença, como eu também sou, de acordo com o meu grau.

“A construção de uma escola verdadeira, acessível para pessoas com deficiência visual exige planejamento, responsabilidade, estrutura adequada, formação humana e compromisso com a inclusão. A acessibilidade escolar não se limita apenas ao acesso físico, ao ambiente escolar, mas envolve também aprendizagem, comunicação, autonomia, segurança, tecnologia, participação social e igualdade de oportunidades.

Uma escola inclusiva precisa estar preparada para acolher estudantes cegos”, e, aí, eu adapto para as quatro deficiências, inclusive crianças neurodivergentes e com baixa visão, “em todos os espaços e atividades escolares. Isso significa eliminar barreiras físicas, pedagógicas, tecnológicas e sociais que dificultam a permanência e o desenvolvimento do aluno.

O presente rascunho reúne, de maneira organizada e profissional, os principais pontos necessários para transformar uma escola em um ambiente verdadeiramente acessível, inclusive, para pessoas com deficiência visual...”.

Eu ouvi falar aqui do piscinão. O piscinão traz doenças e mortes em bairro nobre e em bairro pobre, e destrói a natureza. Calçadas permeáveis e ciclovias permeáveis, ambas com acessibilidade e inclusão trazem saúde para a população, um ambiente saudável. E precisamos também da aterradora de fios.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. Vamos abrir a palavra aos Parlamentares. Tem a palavra a Vereadora Keit Lima.

A SRA. KEIT LIMA - Obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde, gente. Estou muito feliz de ver esta sala cheia. Acho que quando falamos sobre a LDO, não estamos falando sobre uma

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 31 DE 48

peça fria. Estamos falando quais são os territórios que cabem ou que não cabem no nosso orçamento. Se vamos construir ou planejar uma cidade com menos desigualdade ou com mais desigualdade. Qual o lado da cidade que você vai ter o seu direito garantido ou não vai ter. Isso é muito importante.

E por ser tão importante, eu queria dizer o quão triste é que os Secretários, que foram convocados, não estejam presentes. Isso não é uma coisa menor. É sobre o dinheiro da nossa cidade. É sobre a cidade mais rica da América Latina, que ainda tem uma extrema desigualdade.

Queria trazer alguns dados. Acho que quando falamos de política pública e de orçamento, temos que fazer com um pé bem no chão nas nossas favelas, mas a partir de dados, para também não tirarmos.

Queria muito falar sobre três pontos específicos – vou pedir para o Presidente ser generoso comigo –, mas queria muito falar sobre o remanejamento. Fizemos uma discussão muito forte – a Vereadora Janaina também participou – sobre o que o próprio TCM traz e denuncia sobre 70% das exceções, porque as exceções estão virando regra de remanejamento.

Estamos falando especificamente da assistência social, da habitação, da saúde, coisas que afetam diretamente a vida da população pobre e periférica.

O que esse remanejamento traz? Quando fazemos um estudo de execução em 2024, o que o TCM trouxe como risco se materializou. Então, estamos falando de 841 projetos, que dão 111 bilhões de reais. Desses 841, 449, ou seja, 53% da programação, sobre a qual houve discussão e audiência, nem sequer foi empenhada.

Esse é o nível de absurdo da discussão de remanejamento. Ainda, 185 projetos tiveram o valor 100% acima do previsto. Estamos em uma cidade em que precisamos ser eficientes. Precisamos que as coisas funcionem, porque sabemos quem paga na ponta em uma cidade que não tem eficiência e responsabilidade orçamentária. São as pessoas pobres que pagam na ponta.

Também queria trazer um dado que me chama muito a atenção. Uma das obrigações do Vereador é fiscalizar o Executivo. Somente conseguimos fiscalizá-lo se conseguimos ver para

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 32 DE 48

onde está indo o dinheiro da nossa cidade.

Para que onde indo o dinheiro da nossa cidade? Não sabemos. Quais são os bairros? A desigualdade não brota do nada. Ela brota por causa de uma escolha política que determina quem vai continuar não tendo uma UPA dentro do seu território, quais são as escolas e os hospitais que vamos construir.

Queria trazer outro dado sobre regionalização do orçamento da cidade mais rica da América Latina. Em 2025, não conseguimos visualizar para que foram quase 68 bilhões de reais. Especificamente, estamos falando de 67,2 bilhões de reais. Isso significa que não sabemos para que foram 54,4% do orçamento da nossa cidade.

Por último, quero falar de um dado que, para mim, é um dos dados mais importantes. Aqui, estou vendo carinhas que estiveram presentes em quase todas as audiências públicas do ano passado, em que debatemos e construímos, no nosso PPA, o índice de distribuição territorial.

Eu coloquei uma emenda que acho que deveria existir – em uma cidade que está com um propósito de diminuir a desigualdade, em que há um Prefeito que, quando foi reeleito, disse que a favela venceu – para que pelo menos 10% do nosso orçamento fossem para esse índice de distribuição territorial.

O nosso mandato fez uma emenda, e duas emendas não foram sancionadas. A minha foi uma delas. Mas nós discutimos, e foi sancionado pelo Prefeito, que pelo menos 10 bilhões de reais fossem para o índice de distribuição territorial.

O que a LDO vem trazendo? Que não conseguimos enxergar quanto vai ser para o ano que vem. Se decidimos distribuir 10 bilhões de reais – a conta é básica e fácil – teria que ser pelo menos 2,5. Vocês concordam comigo? Se são 10 bilhões e estamos falando de quatro anos, pelo menos 2,5 bilhões deveriam estar orçados para o ano que vem, mas não.

O que traz essa LDO é que isso vai ser decidido por decreto. E isso não passa por esta Casa.

Encerro, Presidente, a minha fala – falei até dentro do tempo – reforçando o que falo

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 33 DE 48

no Plenário. O que estamos fazendo é muito sério. O que estamos fazendo é sobre a vida das pessoas. Isso não são números frios. Isso são mães, filhos, estudantes, moradores que fazem esta cidade ser mais rica.

Esta Casa tem obrigação. Eu fui eleita com a obrigação de construir uma cidade com mais igualdade, e não de ser apenas um puxadinho do Prefeito e dizer amém para tudo.

Aproveito também, de uma forma muito simbólica...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

A SRA. KEIT LIMA – ... para parabenizar os estudantes da USP que estão aqui, que têm todo o meu apoio referente à greve. Não é admissível que, no estado mais rico, estudantes estejam comendo comida com larvas.

Precisamos garantir faculdades públicas fortalecidas, e não em que gente pobre apenas entre, mas que permaneça e conclua a faculdade. Sabemos que a única saída para a desigualdade e a única revolução – eu, como uma mulher favelada, acredito – é com gente pobre, periférica e favelada com um diploma na mão.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

A SRA. KEIT LIMA – Então, que possamos construir, que estejamos com isso na luta. Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.

Agora, tem a palavra o Vereador Silvinho Leite.

O SR. SILVINHO LEITE – Boa tarde novamente a todos e a todas, nosso Presidente João Ananias, Vereadora Ana Carolina, Vereadora Janaina, Vereadora Keit, demais representantes do Poder Executivo e, principalmente, bom dia e boa tarde a todos os nossos idosos que se fazem presentes e requerem o seu respeito. Vocês realmente estão de parabéns, porque vocês não desistem.

E é assim mesmo, a luta é essa, foi o que nós falamos. Nós vamos construir juntos um orçamento que realmente seja mais respeitado e de forma mais clara para as pessoas, não somente idosos, como também as neurodivergentes, pessoas com doenças raras, PCDs, enfim,

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 34 DE 48

aquelas pessoas que vemos que são pouco atendidas hoje. Não em tudo, mas são pouco atendidas.

Eu tenho somente três questionamentos para fazer aos representantes. É uma pena que, novamente, o pessoal do TCM não apareceu, não é, Presidente? Nem *on-line*. É muito complicado. Teremos que cobrar isso para as próximas reuniões.

As minhas questões, se não puderem respondê-las agora, porque eu queria que dessem respostas para as pessoas que perguntaram anteriormente, podem mandar para nós por escrito depois, por favor, para o meu gabinete, porque são um pouco mais complexas.

Considerando que o remanejamento orçamentário é apresentado como uma adequação necessária à execução das políticas públicas, quais mecanismos de controle de transparência a Prefeitura pretende ampliar para garantir que esses remanejamentos não prejudiquem as áreas prioritárias da cidade? Esse é o nosso primeiro questionamento.

O segundo. De que forma a regionalização prevista no PPA, LDO e LOA poderá facilitar o acompanhamento da população e dos Vereadores sobre quais regiões estão recebendo mais investimentos e quais ainda apresentam maior déficit de atendimento?

Terceiro. Considerando o avanço da regionalização dos gastos públicos, apresentados pela Secretaria, existe previsão de indicadores específicos que permitam acompanhar quanto cada região da cidade está investindo diretamente em políticas voltadas à pessoa idosa, como saúde, convivência, mobilidade e assistência social?

A última questão. A Prefeitura pretende incluir, dentro do processo de regionalização e transparência orçamentária, mecanismos que facilitem à população idosa acompanhar os investimentos realizados, equipamentos e programas destinados ao envelhecimento ativo e à qualidade de vida nas Subprefeituras?

Esses seriam os meus quatro questionamentos, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Deixe eu fazer somente um complemento ao que a Vereadora Janaina falou.

No ano de 2023, acho que foi 2024, havia uma proposta de privatizar a CET e a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 35 DE 48

SPTTrans. E quando a senhora fala de valores de remanejamento, isso era uma forma de dizer que dava prejuízo.

O que a gente entende é o seguinte: que todos esses órgãos, a SPTTrans, dão lucro, porque se transportam mais de não sei quantos milhões de passageiros por mês. Ela dá lucro. Se a CET cuida de shows... Cuida, na verdade, da movimentação de toda a cidade – movimentação que eu digo é transporte público, é tudo o que transforma –, então ela ajuda, sim, a transformar em lucro, porque há mobilidade da cidade – do ser humano, dos carros, dos veículos – e automaticamente ela paga imposto, então gera lucro.

Então, era uma forma de dizer que não dava lucro, como foi a privatização da Sabesp, em que se dizia que não dava lucro, mas se percebe que hoje ela é uma grande geradora de lucro para o estado e para a cidade de São Paulo.

Então, eu somente faço um complemento nesse sentido, porque quando dizem que não dava lucro é mentira, porque era uma forma de dizer que tinha que privatizar. Eu diria para vocês: quem é o empresário que compraria uma empresa que não dá lucro? Eu queria saber quem foi que comprou a empresa de aviação Itapemirim. Ninguém quis comprar nem por um real, porque não dava lucro, somente daria prejuízo, já que ela não tinha, para aviação, nenhum avião disponível.

Então, eu queria somente complementar nesse sentido, porque foi uma forma de querer privatizar essas empresas importantes sem as quais a cidade não vive. Não vive sem a SPTTrans, não vive sem a CET, não vive sem nenhum desses órgãos.

“Privatiza que melhora” é mentira, é uma alegação muito pior. Hoje, vimos que o metrô e o trem, que foram privatizados, estavam com problema. Todo dia acordamos e a mobilidade está com problema.

Então, não é privatizar que melhora. É você dar condições realmente e não sucatear essas empresas públicas, que sabemos que ajudam, sim, todo o desenvolvimento da cidade de São Paulo.

Obrigado.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 36 DE 48

Secretário, fique à vontade para falar. Não sei quem vai falar, se é o Fabrício ou a Ariane. (Palmas)

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Boa tarde para quem chegou depois da minha fala inicial.

Presidente, temos tempo? Como estamos?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – À vontade.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – À vontade, beleza.

Bom, só lembrando que estamos em uma audiência temática e, de fato, a pauta que estávamos discutindo desde o início e em que nós concentramos a nossa apresentação tratou do remanejamento dos gastos e também da regionalização. Abordamos também um pouquinho a respeito da transparência.

Eu somente falo isso porque muitos dos assuntos que vamos responder, na medida do possível, da melhor forma, extrapolaram esses assuntos, com a própria presença nossa, da Secretaria de Planejamento, que somos a área responsável pela pauta estipulada para a audiência.

Então, isso justifica um pouco a não presença, pelo menos, da Secretaria da Fazenda, que também foi convocada. De toda forma, vamos reforçar talvez para a semana que vem, em que haverá a pauta de participação social, acho que faz sentido trazermos a Casa Civil, dado o conselho participativo municipal, dada a atribuição da Secretaria.

Eu inicio somente colocando esse ponto, porque em algumas respostas vou pedir para que façamos um retorno com uma profundidade maior, porque a pauta, de fato, extrapolou, principalmente quando falamos das questões de orçamento. Tratando-se de LDO, que vai dar as diretrizes, fica quase uma condição natural de querermos já abordar a questão de alocação e tudo mais.

Feito isso, vou trazer um pouquinho do que anotei e peço desculpas se não citar todo mundo; mas na primeira fala, a Luzia comentou da questão da priorização do Programa de Metas perante o PPA.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 37 DE 48

Nós tivemos um cuidado na elaboração do nosso PPA 26/29 de incluir todas as vinculações com o Programa de Metas. Então, quando falamos que o Programa de Metas está sendo priorizado, de fato, ele é um recorte do PPA, que é um instrumento mais amplo que aborda todas as políticas.

O Programa de Metas acaba sendo uma ferramenta que demonstra uma priorização, por parte da estratégia, que limita, no sentido de que não dá para fazer tudo como prioridade. Ele é um recorte que mostra quais seriam essas prioridades.

Para ambas as ferramentas, para ambas as peças, houve as audiências, houve participação também. Então, de certa forma, não quer dizer que não escutamos, não discutimos e não demos resposta para aquilo que foi demandado naquele momento para a discussão do PPA e do Programa de Metas.

- Manifestação do público.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Ok, a minha fala foi no sentido de o Programa de Metas estar contido no PPA, conforme...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Sr. Fabrício, vamos concluir senão, daqui a pouco, vai acabar o horário, você não vai responder as perguntas e o pessoal vai ficar sem respostas. Porque há horário para entregar esta sala.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Ok. Dentro da estrutura, passando já para a Maria Edneia, que comentou sobre a organização e a estrutura, o movimento que os idosos vêm fazendo, nas audiências e de outras formas, também reflete uma necessidade de revisarmos alguns pontos das nossas peças e, de fato, isso vai ser visto, de alguma forma, como evoluímos. Não quer dizer que hoje a Gestão, pelo fato de não estar tão evidenciado como foi identificado, não está fazendo políticas para os idosos. O que temos que fazer, de repente, é mostrar isso de uma outra forma, porque, de fato, temos metas específicas, que podem, daqui a pouco, não ser suficientes, mas isso é uma outra discussão. E temos equipamentos sendo entregues, orçamentos sendo investidos na área da saúde, por exemplo.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 38 DE 48

Só para não ficar aqui no genérico, por exemplo, quando construímos uma UBS, é uma política, é um equipamento que também atende idosos e que, de alguma forma, está contemplado e podemos ver esses equipamentos serem mais... conseguirmos evidenciar o quanto... ou o atendimento específico para essa...

- Manifestação do público.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS - Ok. Vou continuar aqui, senão não vou conseguir responder todo mundo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Sr. Valdo, deixa eu só colocar: Ele está na fala dele, agora, se interrompermos toda hora, ele não conseguirá concluir a fala. O tempo da audiência pública se encerrará, e não saberemos a resposta dele, de acordo com o que todo mundo perguntou. Precisamos respeitar a fala.

Sr. Fabrício, conclua, por favor, e não vamos abrir a fala para a plateia agora, mesmo que estejam falando, está bom?

O SR. FABRÍCIO DOS AUGUSTO SANTOS REIS - Dentro dessa estrutura, pessoal, nós...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Não, Valdo, não podemos concluir, porque ele ainda está falando, ele tem que falar. Daqui a pouco você conclui.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Tivemos o tempo de inscrição para todo mundo, estamos trazendo as respostas para...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Valdo, eu queria só que respeitasse, pelo menos, a presidência, senão teremos que tirar as pessoas que não querem respeitar. Tem que respeitar. Vamos respeitar. Deixe o Sr. Secretário falar, senão não concluiremos nossa audiência.

Por favor, Sr. Secretário, não vão continuar falando na plateia.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 39 DE 48

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS– Dentro da regionalização, na nossa estruturação, como já mencionei, dessa revisão, passamos por algumas falas que foram feitas em relação aos idosos, no sentido de uma estruturação, de evidenciar isso no orçamento, e eu acredito que a LOA possa trazer algo mais específico, não especificamente na LDO.

De alguma forma, o recado foi dado, já anotamos, desde a reunião passada, e essa perspectiva que estamos dando, como foi apresentada muito bem pela Sra. Arianne, de darmos uma transparência da regionalização, e que depois discutiremos se o percentual está bom ou não, pelo menos começamos e colocaremos como uma ferramenta de transparência, que pode ser considerada uma transparência ativa.

Essa transparência ativa são dados que, hoje, já estão disponíveis e que podem ser acessados por qualquer um. Sabemos que para fazer um relatório inteligível, às vezes, precisamos de conhecimento técnico, e é isso que, de alguma forma, disponibilizaremos nas próximas semanas para que qualquer cidadão consiga sair de uma análise de números que não tem uma identificação, para que nós, com um simples toque, consigamos ver quais são as políticas de investimento em determinada região.

Então, dentro dessa dinâmica de estruturação, pegamos algumas falas aqui feitas na questão dos idosos. A fala da Sra. Regina, que entrou *on-line*, tratou sobre questões específicas de travas para essa movimentação, que tem a ver com a nossa própria pauta, e isso tem um limite já estabelecido na própria LDO.

Há necessidade de ter um limite que permita as alterações, como foi dito na nossa apresentação, porque existe uma necessidade de adequação na execução, porque a execução não é de acordo com o que é planejado. Sabemos que muitas coisas acontecem, e a necessidade de manter a continuidade de serviço precisa ter esse limite, que é tratado tanto do percentual, quanto nas próprias exceções que foram também ditas aqui. Isso tem uma importância para que não engessemos nossa execução, e, sim, busquemos um equilíbrio dentro dessa perspectiva de controle, também do Poder Legislativo, e da continuidade do serviço.

- Manifestação do público.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21800** DATA: **20/05/2026** FL: **40** DE 48

O SR. FABRÍCIO AUGUSTODOS SANTOS REIS – E isso está na regra para fazer as autorizações.

Passando aqui, dentro das metas, temos duas metas específicas, e vou sair um pouquinho, Sr. Presidente, da nossa pauta.

Temos duas metas específicas de equipamentos. Estamos entregando uma hoje, no Campo Limpo, e outra prevista dentro do Paulistão Norte. São equipamentos importantes.

Temos, também, metas relacionadas ao aumento dos programas, do Programa de Longevidade, que também está pactuado junto ao nosso Programa de Metas.

Dentro da perspectiva de participação, já mencionei que nossa participação do SEPLAN foi específica em razão da temática. Teremos um cuidado maior de trazer, de repente, outros Secretários que entendamos que possa extrapolar, para a próxima audiência. Convidaremos a Casa Civil para estar presente, dada a dinâmica da participação social, que a Secretaria acaba se envolvendo mais.

Temos uma questão do IDRGP, que foi trazida pela Sra. Sendy Tavares. Vou depois passar para a Ariane responder, pois ela terá mais insumos para trazer a evolução do nosso processo de regionalização.

Falando dos APPGGs, do processo de participação de vocês, não vou citar nome por nome, mas, de fato, sabemos da importância da carreira para o Município. Tínhamos um edital publicado com um número de vagas, já chamamos muito mais do que o número inicial. Sabemos que a demanda é maior do que, inclusive, os números já aprovados, assim como temos outras carreiras com esse mesmo problema de falta de servidores, de estrutura, no sentido de necessidade de nomeação. O processo de vocês está sendo analisado dentro da Secretaria de Gestão, que é quem acaba fazendo a gestão da carreira. De fato, não há como dizer o que vai ser feito até o término, mas concordamos com a importância. Eu, enquanto servidor de carreira também e colegas, que tenho dentro da estrutura, sabemos da importância e ficamos à disposição para discutir estratégias dentro da nomeação desses remanescentes do concurso de 2024.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 41 DE 48

Com relação ao Luis Moisés, que trouxe...

- Manifestação do público.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS – Obrigado.

Temos muito a aprender com relação a lidar com essas questões e, basicamente, para quem não está com o microfone, eu falei fora do microfone onde eu estava, aqui, para um dos nossos presentes, um munícipe, conseguir me enxergar e saber de onde estou falando.

Temos alguns programas de calçadas. Sabemos da dificuldade de execução desse tipo de equipamento, temos recursos alocados. Nos últimos meses, foram mais 150 milhões alocados. Temos programas específicos. Estamos fazendo uma revolução no sentido de enterramento de fios; as grandes obras do Município, de corredores, começando pelas avenidas, elas estão contemplando.

Sabemos que é uma política não barata, para ser, por exemplo, custeada em um aspecto de escalabilidade, mas inicialmente começamos pelos corredores, nessas grandes obras que já temos entregues, a parte da Santo Amaro; temos a primeira dentro do M' Boi Mirim, que é a primeira grande obra nas regiões mais extremas da cidade, que vai contemplar também o enterramento; e na região central, com obras no Triângulo e no Quadrilátero, como foi dito, acho aqui na audiência da semana passada.

Sabemos que há muito a ser feito, e também sabemos da dificuldade de implantação de calçadas, tanto para questões comerciais, já que calçadas acabam impactando no comércio local, e também o transtorno para o cidadão, assim como as obras viárias. Mas elas são importantes para que não aconteçam o relatado, aqui, do Luis, sobre acidentes de diversas formas.

Atendendo um pouquinho do que a nobre Vereadora Keit Lima trouxe a respeito da LDO, das secretarias, acho que já posicionei, dentro do aspecto da temática, dos remanejamentos: é uma questão que é abordada na LDO. Temos lá os limites e as exceções postas, como ela já bem mencionou, e a importância para isso é justamente o que nós apresentamos no início, a necessidade da continuidade e de, a partir do momento de termos,

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 42 DE 48

por exemplo, uma licitação em que o valor não deu como foi planejado por N questões. Nesse caso, podemos remanejar e usar o recurso ou destinar recurso para determinada licitação em razão de execução e da própria competitividade que essa obra pode trazer. Dentro da regionalização, a Ariane vai falar também um pouquinho a respeito do percentual.

- Manifestação do público.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS– Sim. É justamente dentro dessa perspectiva de continuidade de serviços e, de alguma forma, estabelecer para que consigamos ter essa flexibilidade. Não estamos aumentando um valor de execução orçamentária, ele é um cheque em branco. Ele é apenas uma forma de autorização de suplementação dentro das dotações que já foram autorizadas. Para uma dotação nova tem toda aprovação específica. Então, sim, não é um aumento no orçamento. É, sim, um aumento no percentual de suplementação. A regionalização, como eu disse então, a Ari pode abordar um pouquinho dentro do IDGRP.

Temos a resposta que a nobre Vereadora Janaina Paschoal trouxe a respeito das empresas. Recebeu por *e-mail* essa resposta?

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Não, na verdade, a liderança do Governo fez alguns esclarecimentos.

Eu, por exemplo, fiquei um pouco chocada com essa questão do pagamento de dividendos. A Sra. Secretária falou que é para a própria Prefeitura. Mas imagino que esses tais dividendos também fossem pagos no ano passado e no anterior. Por que está no vermelho agora? Por que todas essas empresas estão no vermelho agora? Isso me chamou muito a atenção.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS– Entendi.

Dentro desse aspecto, as respostas foram enviadas, mas se quer uma profundidade maior, acho que de alguma...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Vamos lá...

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 43 DE 48

Na CET, o que disse a liderança do Governo? Os principais ofensores foram o depósito referente a ações trabalhistas. Então, provavelmente, houve muitas ações trabalhistas em face da CET e houve pagamento de ações trabalhistas na casa de 75 milhões de reais. A minha dúvida é a seguinte: essas ações só aconteceram este ano ou houve um número excepcional de ações finalizadas neste ano?

Na SP Obras: pagamento de dividendos num montante de 24 milhões de reais. Nos anos anteriores, não houve esses pagamentos?

Aqui, já estou lendo a explicação do Governo. Na verdade, não foi um documento oficial, foi uma explicação da liderança.

A SPTrans: a empresa implementou o PDV, para desligamento de funcionários, montante aproximado de 60 milhões de reais. Esse ajuste, o PDV, até pode ser algo pontual, mas as explicações anteriores, em regra, acontecem todos os anos.

A SPTuris: renegociação da taxa de serviço cobrada pela Prefeitura. Foi reduzida de 15% para 5%. Também não entendi exatamente o que isso significa.

A minha perplexidade é uma mudança muito grande, em termos de fotografia, do que tínhamos em 2023, 2024, para 2025. Entende? Se o senhor puder explicar um pouquinho, eu agradeceria.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS– Entendi. Nós podemos aprofundar a resposta, na verdade, para esse questionamento que foi informal dado, mas acho que carece realmente de uma profundidade para justificar.

Não vou ter aqui os insumos de cada uma dessas questões, mas elas são válidas. Podemos, sim, encaminhar a quem compete, a que tem um envolvimento bastante na Secretaria da Fazenda. Há outros casos que podem ser da PGM. Mas, de certa forma, a resposta foi dada, insuficiente no sentido de entender não só a fotografia, mas o histórico de...

Bom, do nosso nobre Vereador Silvinho Leite, já abordei sobre a transparência, acho que vimos avançando nesse aspecto, na consolidação das informações. Não quer dizer que vai

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 96

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 44 DE 48

ser suficiente, mas, pelo menos, estamos andando a passos largos no sentido de organização da informação.

E, também, já abordei sobre a evidência a respeito da política dos idosos, que aqui se fez presente na manifestação de boa parte dos munícipes, e isso vai ser levado no sentido de como podemos sistematizar isso dentro dos investimentos que já são feitos, e de como potencializar, de repente, no futuro, a respeito dessas demandas que foram trazidas pela população.

A última anotação que eu tenho foi do nosso Presidente, João Ananias, a respeito das privatizações. Eu acho que a análise é um pouco mais profunda do que apenas avaliar o grande fluxo de pessoas andando de ônibus e ser lucrativo. Eu não vou entrar muito no mérito, mas, de fato, são questões... Nós temos casos em que a privatização é positiva; outros, nem tanto. E nós temos que analisar num sentido mais profundo, não apenas nos limitarmos ao fato de haver pessoas andando e consumindo, pois, de fato, podemos ter um serviço que não precise de aporte ou de outras questões. Porém, não é muito a minha especialidade e depois nós podemos chamar uma pauta específica.

Eu vou passar aqui para a Sra. Ariane Maris Gomes Lacerda, que tem umas questões para responder.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Ela tem agora mais 10 minutos.

A SRA. ARIANE MARIS GOMES LACERDA – Vou ser breve para respeitar o tempo e também complementar, porque acho que grande parte das questões já foi respondida.

Bom, também vou fazer uma fala para que o nosso munícipe consiga, pelo som da minha voz, me localizar espacialmente.

- Manifestação do público.

A SRA. ARIANE MARIS GOMES LACERDA – Nós realmente temos muito a aprender e é importante ouvirmos os relatos para fazermos uma reflexão, não só no nosso dia a dia, mas enquanto gestores públicos na execução e na elaboração das políticas.

- Manifestação fora do microfone.

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 45 DE 48

A SRA. ARIANE MARIS GOMES LACERDA – Então, acho que é sempre importante fazer essas colocações, com certeza. E cada um dentro das suas particularidades, pois a política tem que ser pensada para todas as pessoas.

Bom, vou começar falando um pouquinho... Foi bastante dito em relação ao que não aparece na Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, e que deveria aparecer porque estava no Plano Plurianual, PPA. Então, só para trazer um esclarecimento em relação ao Anexo III. A LDO traz as diretrizes de como a lei orçamentária vai ser elaborada. Ela traz uma previsão de receita para o ano que vem de 138,6 bilhões de reais. Só que ela não diz ainda como esse dinheiro vai ser gasto na política mesmo. Não está fixando a despesa. Ou seja, quanto vai ser gasto para a manutenção das Instituições de Longa Permanência para Idosos, ILPIs, por exemplo. Ela traz, nos quadros das metas fiscais, uma divisão, respeitando a legislação, obviamente, mas em grandes categorias de despesas. Portanto, qual é o montante previsto para despesas com pessoal, investimento, inversão financeira, pagamento de juros, entre outros. E lá no Anexo III, o de prioridades, traz alguns destaques que serão incorporados à LOA, mas não se restringe a tudo o que será feito. Tanto que o nosso Anexo III, de prioridades, tem um valor estimado de pouco mais de 10 bilhões, e o orçamento do ano que vem vai ser mais de 138 bilhões. Esse valor da receita pode ser, inclusive, atualizado na hora em que nós formos fazer a LOA.

E essas prioridades refletem o Programa de Metas. Isso está em alinhamento, porque o Programa de Metas não é uma promessa; é um compromisso e precisa de recurso público. Portanto, ele está contido na peça orçamentária, mas ela não se limita ao Programa de Metas. A LOA vai trazer a programação completa, tanto dos investimentos quanto do custeio.

Várias das políticas que foram mencionadas são executadas por meio de custeio, a exemplo do que mencionei a respeito das ILPIs. Elas não vão aparecer no Anexo de Prioridades porque lá constam recursos de investimento. Investimento, normalmente, é obra, reforma, implantação de novas unidades ou mobiliário. Porém, muitos dos serviços são por meio de custeio. E para dar um exemplo: desde 2021, foram implantadas sete novas ILPIs. E para este ano, na Ação 6.154, que é a de manutenção dos equipamentos de idosos, Centro Dia para o

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 46 DE 48

Idoso, CDI, e ILPI, nós temos mais de 80 milhões previstos, sendo que, no ano passado, foram executados 77 milhões. Então, está contido no orçamento e estará contido também em 2027. Mas a LDO não é a peça que se propõe a trazer esse retrato geral das despesas da cidade. Por isso, muito não aparece lá, não porque será descontinuada, mas pela própria natureza da peça.

Falando um pouquinho sobre o Índice de Desempenho Regional do Gasto Público, IDRGP, perguntou-se sobre o motivo de o valor ser de apenas 10 bilhões. Foi uma decisão, porque o IDRGP traz uma cesta de indicadores de vulnerabilidade. Então, ele é geral para a cidade e é uma média da vulnerabilidade das Subprefeituras. Mas cada política pública tem suas particularidades também em relação à decisão de onde vai ser alocado o investimento. Por exemplo, se nós falamos de obras de drenagem, nós temos o Plano Municipal de Redução de Riscos, que avalia qual é o risco de cada área da cidade, avalia a quantidade de população e uma série de outros fatores. E a priorização é feita com esses indicadores mais específicos. Se nós falamos também da implantação de um Centro Educacional Unificado, CEU, há de se levar em conta não só a vulnerabilidade do território, mas quantos equipamentos de educação já existem ali na localidade, qual é a faixa etária do território para pensar na demanda.

Então, as políticas também têm suas particularidades, por isso que não é um direcionamento do total do investimento. Até porque muitos investimentos, muitas das despesas com investimentos são de coisas que já estão sendo executadas, e nós temos a obrigação de garantir a continuidade. Por isso que foi adotado o valor parcial do montante previsto para o quadriênio. Inclusive, na primeira versão do PPA anterior, de 2021, esse valor era de 5 bilhões, e, como disse, a Prefeitura, ao construir o PPA, no ano passado, dobrou esse valor para 10 bilhões para este quadriênio.

Em relação à Companhia de Engenharia de Tráfego, CET, aplica-se a mesma justificativa utilizada em relação ao Anexo das Metas e Prioridades. Então, o recurso da mobilidade não vai reduzir de 8% para 5%, mas a mobilidade tem uma grande parte que é de custeio, manutenção de serviços e contratos, e uma parte que é de investimento. Então, esses valores da LDO são os de investimento para 2027. E, aí, sobre o custeio da CET, a CET tem

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 47 DE 48

receitas próprias, pois a CET é uma empresa e presta serviços para a Prefeitura. Então, só um dado: no ano passado, a Prefeitura pagou 856 milhões de reais no contrato para a CET, e este ano está previsto mais de um bilhão de reais. Portanto, o orçamento tem aumentado.

Em relação, acho que ainda sobre mobilidade, só para trazer um dado: de fato, as empresas têm receitas próprias, mas elas também prestam serviços públicos essenciais. No caso da SPTrans, a Prefeitura subsidia a diferença entre o que é arrecadado nas tarifas de transportes e o que, de fato, é o custo operacional. E, no ano passado, foram gastos mais de sete bilhões com isso. Então, trago esse dado aqui para compor a discussão.

E sobre as empresas públicas, respondendo à pergunta da nobre Vereadora Janaina Paschoal, nós mandamos um detalhamento mais apurado, mas quero explicar um pouco a taxa de renegociação da SPTuris. Como eu disse, essas empresas prestam serviços principalmente para a Prefeitura, e a Prefeitura paga por isso. Com essa renegociação, antes a Prefeitura pagava 15% para cada serviço prestado, e esse valor caiu para 5%. Isso representa uma economia para os cofres públicos. E o motivo de o resultado ser negativo deve-se ao fato de que grande parte foi custeada com caixa da própria empresa. Então, não é que ela esteja no vermelho, devendo. Ela tinha caixa suficiente para bancar as despesas e, por isso, as despesas daquele exercício vão ser maiores do que as receitas.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Veja o tempo utilizado, senão não concluiremos a tempo.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – É muito rápido. Especificamente com relação à SP Obras, na medida em que ela é uma empresa pública, mas é uma separada da Prefeitura. Desse modo, para a contratação da SP Obras para realizar as obras, há uma licitação envolvendo outras empresas?

Faço essa pergunta porque tenho visto muitas obras excessivamente lentas. Aqui, na Liberdade mesmo, eles quebraram um monte de coisas para depois descobrir que precisavam de autorizações de órgãos competentes para a preservação do patrimônio histórico e do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21800 DATA: 20/05/2026 FL: 48 DE 48

patrimônio cultural, e os buracos ficaram abertos. Então, eu queria entender por que a SP Obras, já que é uma entidade separada da Prefeitura, faz a maior parte das obras. Porque eu acho que, com todo o respeito, não está fazendo bem o serviço. Há uma concorrência ampla?

Pois toda vez que eu mando um ofício é para a SP Obras, mas eles não estão trabalhando bem. Então, queria entender por que se concentram tantas obras públicas neles.

O SR. FABRÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS– Respondendo objetivamente, Vereadora Janaina, a SP Obras, sim, faz licitação para as obras que executa. O que acontece é que a Prefeitura contrata a SP Obras para fazer essas licitações...

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Por que a SP Obras é contratada se eles não estão trabalhando bem?

Se ela é uma empresa separada, nós temos que contratar outra empresa.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – A plateia não tem direito à tréplica, e nós não vamos deixar cortar aqui, senão nós não concluímos a nossa audiência, está bom?

Já respondeu? Já, Secretário?

Então, nada mais a ser tratado. Está encerrada nossa audiência pública.